

(DES)ENCONTROS: OS SERTÕES (1902), DE EUCLIDES DA CUNHA, E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR) DE 2003

(DES)ENCUENTROS: OS SERTÕES (1902), DE EUCLIDES DA CUNHA,
Y LA POLÍTICA NACIONAL DE DESARROLLO REGIONAL (PNDR) DE
2003

MISMATCHES: OS SERTÕES, BY EUCLIDES CUNHA (1902), AND THE
2003 NATIONAL POLICY OF REGIONAL DEVELOPMENT (PNDR)

RESUMO

Objetiva-se averiguar em que medida o imaginário sobre o Estado brasileiro presente no romance *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, pode contribuir com a interpretação do discurso espacial presente na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Para tanto, se realizou uma análise do citado romance e do documento da PNDR por meio de uma revisão bibliográfica. A leitura do texto euclidiano “direcionou” a discussão sobre o papel do Estado brasileiro frente a dois pontos centrais: a integração do território nacional e a modernização dos costumes, como das lógicas produtivas. O resultado dos (des)encontros é que o pensamento euclidiano de modernização integradora do território brasileiro, em *Os Sertões*, desde que respeitadas as singularidades históricas, permanece atual no documento da PNDR.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia e Literatura, PNDR, modernização do território brasileiro.

RESUMEN:

El objetivo es investigar hasta qué punto el imaginario sobre el Estado brasileño presente en la novela *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, puede contribuir a la interpretación del discurso espacial presente en la Política Nacional de Desarrollo Regional. Con este fin, se realizó un análisis de la novela antes mencionada y el documento PNDR a través de una revisión bibliográfica. La lectura del texto Euclidiano “dirigió” la discusión sobre el papel del estado brasileño en relación a dos puntos centrales: la integración del territorio nacional y la modernización de las costumbres como de las lógicas productivas. El resultado de los (des) encuentros es que el pensamiento euclidiano de integrar la modernización del territorio brasileño en *Os Sertões*, mientras sean respetadas las singularidades históricas, permanece vigente en el documento PNDR.

PALABRAS-CLAVE: Geografía y literatura, PNDR, modernización del territorio brasileño.

ROBINSON SANTOS PINHEIRO

Professor da Graduação
e da Pós-Graduação dos
cursos de Geografia da
Universidade Federal de
Pelotas (UFPEl)

Laboratório de Estudos Ur-
banos e Regionais (LEUR)

robinson22pinheiro@yahoo.com.br

Artigo recebido em:

06/09/2019

Artigo publicado em:

08/07/2020

ABSTRACT:

The objective is to inquire to what extent the imaginary about the Brazilian State presented in the novel *Os Sertões*, by Euclides da Cunha, may contribute to the interpretation of the spatial discourse presented in the National Policy of Regional Development - PNDR (Portuguese initials). To this end, an analysis of the aforementioned novel and the PNDR document was carried out through a bibliographic review. By reading Euclides's text, it "aimed" the discussion about the role of the Brazilian state in relation to two central points: the integration of the national territory and the modernization of customs as in productive logics. The result of the mismatches is that Euclides thinking of integrating modernization of the Brazilian territory in "*Os Sertões*", as long as the historical singularities are respected, remains current in the PNDR document.

KEY-WORDS: Geography and Literature, PNDR, modernization of the Brazilian territory.

PARA INÍCIO DE DIÁLOGO

O presente texto tem por intuito evidenciar o resultado obtido com a tese¹ desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, campus Goiânia, GO. O objetivo foi o de averiguar em que medida o imaginário sobre o Estado-Nação presente no romance *Os Sertões* (1902), escrito por Euclides da Cunha (1866 - 1909), pode contribuir com a interpretação do imaginário espacial do poder executivo do Estado brasileiro no Século XXI.

Para alcançar este objetivo, buscou-se, como discutido em Ferraz (2011), verificar em que medida a literatura de *Os Sertões* pode ajudar no processo de orientação espacial do tempo presente da leitura. Ou seja, identificar os pontos de atravessamentos sobre a produção do território no citado romance para, posteriormente, verificar em que medida os dilemas narrados ajudam na compreensão

dos (des)limites contemporâneos da produção territorial brasileira presente na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A leitura do texto euclidiano "direcionou" a discussão sobre o papel do Estado brasileiro frente a dois pontos centrais: a integração do território nacional e a modernização dos costumes e das lógicas produtivas. Em *Os Sertões*, se verificou que houve o relato da barbárie cometida pelo Estado republicano brasileiro, denominada Guerra de Canudos (1896 - 1897). Entretanto, conforme aponta Vidal e Souza (1997), mais que relatar um triste momento de nossa história, Euclides da Cunha teceu um projeto para o recém-criado estado republicano. Ressignificou as teorias imperialistas da época para pensar a ocupação territorial do Brasil (SEVCENKO, 1985). Desta forma, *Os Sertões*, segundo Vidal e Souza (1997), se torna uma das primeiras elaborações teóricas que pensou a ocupação

1. Título: Presentes e ausentes: Os Sertões euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014).

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709

territorial de todo o território nacional por meio da ação administrativa do Estado-Nação.

Assim, partindo desta visão do romance selecionado para estudo, se verificou que do ponto de vista administrativo do território brasileiro do Século XXI, o documento que versava sobre o tema era a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Esta é uma política que orienta as ações para o fomento ao crescimento econômico e o desenvolvimento social do território nacional em seu todo, assim como em *Os Sertões*. A PNDR, lançada no ano de 2003, no Governo neodesenvolvimentista (BOITO JÚNIOR, 2012) do Partido dos Trabalhadores - PT, tem como objetivo diminuir as desigualdades regionais das macrorregiões, bem como as desigualdades internas das cinco regiões brasileiras. Esta política que no ano de 2007 passa a ser de Estado (KARAM, 2012) é planejada e coordenada pelo Ministério da Integração Nacional; contudo, para a sua realização, esta envolve a necessária relação com outros ministérios (PNDR, 2003; 2012).

Dito isto, cabe destacar que se dividirá este trabalho em: desenvolvimento, sendo este apresentado em três momentos – o primeiro se apresenta o imaginário espacial interpretado nas páginas de *Os Sertões*, o segundo se evidencia o imaginário espacial da PNDR e o terceiro procura dialogar e analisar os pontos de (des)encontros do interpretado em *Os Sertões* e na PNDR – e, por fim, as considerações “para não concluir...

O resultado dos (des)encontros é que o pensamento de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, permanece atual no documento da PNDR. Permanece a valorização do Estado enquanto central na promoção da integração do território nacional e da modernização territorial por meio da, agora no século XXI, “valorização” da diversidade socioterritorial.

DESENVOLVIMENTO

OS SERTÕES: INTEGRAR E MODERNIZAR O TERRITÓRIO NACIONAL

No decorrer do desenvolvimento do objetivo construído na tese aqui sucintamente apresentada (PINHEIRO, 2015), se verificou que os pilares do discurso euclidiano sobre o território nacional são centrados em dois, quais sejam: a visão de integração dos territórios e das pessoas dos sertões e, atrelada a esta, a modernização das relações sociais e produtivas. Euclides da Cunha (1967) acreditava que integrar e modernizar o território nacional deveria ser a base de orientação do Estado-Nação Brasil.

Desta forma, em Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, se tem o momento de edificação da “empreitada” nacional de integração modernizadora (VIDAL e SOUZA, 1997). Para Euclides da Cunha (1967), a inserção dos sertões na lógica produtiva e social do litoral era vista enquanto algo a ser conquistado por intermédio da civilização/modernização dos sujeitos e,

por conseguinte, da natureza. Em outras palavras, civilizar para crescer.

Diante disso, Euclides da Cunha acreditava que a ação do Estado deveria ser, aproveitando os caminhos abertos pela Guerra, a inserção dos “retardatários” do Brasil na civilização que adentrava pelo litoral. Em suas palavras:

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Tôda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitasse os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas (CUNHA, 1967, p. 465).

Contudo, seguindo o diálogo com *Os Sertões*, verifica-se que, de fato, Euclides da Cunha estava interessado em “aproveitar” a forte raça histórica brasileira olvidada durante o processo de regência colonial e imperial. Os sertanejos, para Euclides da Cunha (1967), deveriam ser “transformados” pelos motes de orientação civilizacional da época, isto para, posteriormente, conseguirem contribuir com o desenvolvimento nacional. Esta era a inovadora proposta euclidiana para a sociedade racista de sua época (SCHWARZ, 1993): buscar na constituição de uma raça histórica, autêntica e nacional, que assim pudesse fazer frente e substituir o pessimismo advindo da questão racial degenerativa oriunda da população miscigenada com os negros² ou em demasia³. Pois, como pode ser visto em *Os Sertões*, o sertanejo:

É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima

da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia. A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afina da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente (CUNHA, 1967, p. 100).

O autor de *Os Sertões* acreditava que a população sertaneja⁴, em comparação com os negros e os miscigenados em demasia, melhor se adaptaria as novidades que adentravam pelo litoral devido a sua condição genética superior. Somado a isso, Euclides da Cunha destacava que a condição genética do sertanejo, formado/”forjado” num contexto geográfico e histórico específico, também proporcionaria, em comparação com os brancos, uma melhor adaptação aos distintos arranjos físicos do território nacional. Possibilitando, assim, a ocupação efetiva de todo o território nacional, isto a independer das condições ambientais e sociais.

Euclides da Cunha (1967) faz, em certa medida, uma reprodução escalar das lógicas de organização e orientação ocidental em território brasileiro. Isto porque, ao mesmo tempo em que aceita os sertanejos enquanto a possibilidade do Brasil se tornar “grande”, desenvolvendo, acredita que isso só se efetivaria no momento em que estes, no seu dizer, “Hércules-Quasímodos”⁵ fossem transformados por meio dos modelos de civilidade que adentravam pelo litoral (SEVCENKO, 1985). Assim, a integração e a modernização são, em *Os Sertões*, vistas enquanto instrumento de homo-

2. “[...] não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu” (CUNHA, 1967, p. 98).
3. “[...] o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores” (CUNHA, 1967).
4. “Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamentos uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo” (CUNHA, 1967, p. 93).
5. Diz Hércules-Quasímodo porque vê que o aspecto visual é de um fraco: “[...] a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente” (CUNHA, 1967, p. 101). Porém, o aspecto visual engana, no mínimo sinal de necessidade: “[...] O

CONTINUA...

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709

homem transfigura-se. Impertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto" (CUNHA, 1967, p. 102).

geneização territorial advindo dos padrões Ocidentais.

A resposta euclidiana reproduz a lógica perversa de deslegitimação espacial e temporal europeia; pois, no momento em que reconhece parcialmente a existência do sertanejo enquanto possibilidade emancipatória ao território nacional, exclui desta os miscigenados em demasia e os negros. Como salientado por Sevcenko (1985), Euclides da Cunha buscou tecer sentidos de orientação para o seu mundo. Para tal, se utilizou das teorias que tinha contato e teceu uma análise geopolítica que intuía poder permitir ao Brasil superar os “entraves” de constituição de um projeto civilizador no início do século XX.

Euclides da Cunha, desta forma, reconhece que o desenvolvimento da sociedade via a superação histórica, por meio da inserção de valores e técnicas, é inevitável. A sua resposta perpassa por um ajustamento do território – natureza e sociedade – ao “movimento” civilizatório Ocidental Europeu e norte-americano em voga no momento histórico. Desta maneira, integrar e modernizar o território nacional eram papéis do Estado brasileiro. Para isso, deveria aproveitar os sertanejos, sujeitos fortes, adaptáveis às distintas condições físicas e climáticas e construir um projeto territorial unificador único, aproveitando as potencialidades internas.

SÉCULO XXI: A PNDR E O TERRITÓRIO NACIONAL

Com a PNDR, se verifica

a permanência do discurso integrador e modernizador do território por intermédio da ação do Estado. Conquanto, em decorrência do contexto histórico de início do século XXI, os conceitos de Estado, integração e modernização se apresentam com as suas especificidades em relação ao imaginário interpretado em *Os Sertões*.

Dito isto, nos aspectos de desencontros, a questão “central”, como interpretado (PINHEIRO, 2015) no documento da PNDR (2003), não é a integração da “forte” raça histórica e a sua respectiva territorialidade por meio da cultura europeia, e sim pelos aspectos econômicos. Com isso, a partir da lógica de acumulação flexível (HARVEY, 2007), ao invés de legitimar a homogeneização espacial, a PNDR “incita” a heterogeneidade do território enquanto potencialidade de crescimento econômico que, por conseguinte, resultaria no desenvolvimento social das territorialidades envolvidas, bem como de todo o território nacional.

Tendo como foco o fomento a economia do país, como pode ser observado nos estudos que balizam a PNDR (2003, p. 9), o desenvolvimento é correlacionado ao crescimento econômico:

Em suma, trata-se de um novo horizonte para as políticas de desenvolvimento, em que o objetivo de crescimento econômico necessariamente se associa à mobilização cívica, à cooperação, à valorização das identidades locais e regionais e à inclusão participativa de amplos setores da sociedade. O Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, tem na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR uma estratégia de desenvolvimento alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial que predominaram desde a década de 80, para que a retomada do crescimento re-

sulte, de fato, num Brasil de todos.

Como imaginário resultante, tem-se a “orientação” de que o aumento da dinâmica econômica, com a integração produtiva dos diferentes territórios, pode promover o desenvolvimento local e regional ao mesmo tempo em que promove o nacional (PNDR, 2003). O território nacional, assim, é visto enquanto potencialidade econômica. Potencialidade esta suscitada por meio da inserção de práticas modernas no processo produtivo em sua totalidade - da produção ao comércio. De forma análoga ao interpretado em *Os Sertões*, é o território do porvir redentor por meio da inserção da modernização na diversidade territorial; não com o intuito de homogeneizar o território como analisado em Euclides da Cunha, pelo contrário, que a orientação territorial se faça na manutenção da sua diversidade. Contudo, de fato, é o se manter em sua diversidade a partir da aceitação de um modelo exógeno as suas práticas.

Desta forma, o elemento social/cultural euclidiano, na PNDR, por sua vez, como dito acima, é interpretado enquanto singularidade que, dentro da lógica de acumulação contemporânea, é vista enquanto potencialidade de intensificação da dinâmica econômica dos territórios locais e regionais na economia nacional como internacional. Cabe destacar que a valorização das particularidades espaciais e culturais possui os seus limites, pois, no momento em que a modernização dos aspectos produtivos e do cotidiano ocorre, estas são

acompanhadas de um imaginário “próprio”, advindo dos valores e das concepções de mundo inerentes ao modelo de organização social mundial manifestado por meio da Divisão Internacional do Trabalho (ALVES, GIOVANNI, 2004).

Assim, mesmo estabelecendo como meta o fomento a diversificação histórica e geográfica como mote de orientação do crescimento e do desenvolvimento, a modernização ocorre de forma a se estabelecer por intermédio da concomitante inserção de práticas e valores que “acompanham” o processo de divisão do trabalho. Como escrito no documento base da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional: (PNDR, 2012, p. 29): “Buscar um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado, respeitando e explorando sua diversidade, é fundamental para a integração e a coesão econômica, social e territorial do Brasil”.

Desta feita, a partir do interpretado acima e em diálogo com autores seminais do tema (OLIVEIRA, 1977; CASTRO, 1992; VIDAL e SOUZA, 1997; BRANDÃO, 1996), constata-se que os projetos, os valores e os contextos se modificam, no entanto, o sertão, ou melhor, os sertões do território brasileiro, desde Euclides da Cunha, com o seu *Os Sertões*, permanece enquanto o espaço do “atraso” que será superado pela modernização integradora da natureza, dos meios produtivos, dos corpos e das “mentes”. A título de exemplo, dos supracitados, se destaca que Oliveira (1977) evidencia o histórico de contra-

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709

dições do planejamento estatal frente aos conflitos de classe na região nordeste, verifica que há uma elite que se retroalimenta/ressignifica nos processos de intervenção estatal; Castro (1992), por sua vez, tece considerações acerca das políticas de intervenção na realidade semiárida nordestina, se tornando, em seu dizer, uma indústria, a da seca; com Vidal e Souza (1997) se tem a leitura dos pilares de constituição de uma “pátria” geográfica, para tal, colocou em destaque as contradições discursivas frente às territorialidades, vistas enquanto duais, de sertão e de litoral; por fim, em Brandão (1996), se observa os “desdobramentos” que o pensamento euclidiano refletiu no que seguiu enquanto processo de orientação teórico e administrativo do território nacional.

Os resultados da PNDR (2003), no que envolve os seus objetivos, foram, como atesta o documento desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional (PNDR, 2010), pífios. Concorde-se que houve uma maior dinamização econômica no país, contudo, isto não resguardou, de fato, o aprofundamento da diminuição das desigualdades intra e inter-regionais. Junto a isto, a maior dinâmica econômica não foi acompanhada de profunda distribuição da riqueza gerada.

O documento da PNDR (2012, p. 12) apresentado reconhece a permanência da desigualdade territorial brasileira: “Nas microrregiões de Alta Renda do País, vivem 54,4% da população, mas elas concentram 77,2% do PIB brasileiro.

As regiões restantes representam mais de 70% na área do país, abrigam 45,6% da população e apenas 22,8% do total das riquezas produzidas”. Por outro lado, também reconhece que o desenvolvimento regional equitativo não deve ser induzido pela perspectiva de redução do processo de crescimento das regiões de Alta Renda. Como destacado no documento da PNDR (2012, p. 12):

[...] um maior equilíbrio não deve ser obtido com redução do crescimento das regiões de Alta Renda. Ao contrário, estas possuem, via de regra, papel estratégico no tecido produtivo brasileiro e devem ser objeto, como já são, de políticas de competitividade, assim como de políticas urbanas, sociais e outras, tendo em vista manter o alto crescimento com melhores condições de vida e mais equidade. Um maior equilíbrio regional deve vir de um crescimento ainda mais acelerado das regiões menos desenvolvidas e de um maior e melhor acesso das populações dessas regiões aos serviços públicos fundamentais.

Desta feita, o imaginário territorial resultante da PNDR (2012) assenta-se na “crença” de que com a intensificação do processo de dinamização econômica das regiões, conseguir-se-á alcançar os seus objetivos; quais sejam: sustentar a sutil trajetória de reversão das desigualdades intra e inter-regionais a partir da valorização dos potenciais econômicos, culturais, naturais e sociais, e fomentar a maior justiça no acesso aos serviços públicos, diminuindo, com isso, a desigualdade de oportunidades relacionadas com o local de nascimento e moradia.

OS SERTÕES E A PNDR: (DES)ENCONTROS

Verifica-se que tanto em *Os Sertões* como na PNDR o território é imaginado em movi-

mento, pois negar o movimento modernizador seria a recusa ao desenvolvimento social/cultural e econômico. Entretanto, na contemporaneidade, com as transformações do processo técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997) dos meios de produção e de regulamentação, e com o aprofundamento e abrangência da Divisão Internacional do Trabalho, a integração modernizadora se intensificou e se expandiu no mundo e no Brasil. No entanto, como discutido em Schwartzman (2004), a intensificação e a expansão da modernização não ocorrem de forma a favorecer a sociedade.

Pelo contrário, se observa que a modernização acontece de maneira a garantir a manutenção das desigualdades sociais historicamente (re) produzidas. Martins (2011, p. 15) exemplifica a discussão ao evidenciar a lógica de produção do agronegócio, entendida enquanto moderna, contudo, esta nomenclatura esconde que à arcaica base latifundiária permanece disfarçada noutra “coisa”: “É a persistência do passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, que faz da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa decisivamente”.

Com a análise do imaginário espacial presente em *Os Sertões* e na PNDR, foi possível perscrutar a necessidade de se “inventar” outras possibilidades de superação das mazelas sociais reproduzidas em distintas escalas. Lefebvre (2004) argumenta que diante as cir-

cunstâncias de degradação do espaço – o autor direciona as cogitações a partir do urbano -, se deve pensar entre o nível do possível e do impossível. Assim, Lefebvre (2004) assegura que outra espacialidade é possível, todavia, averigua que nas atuais conjunturas isto é impossível. Conquanto, como o supracitado menciona, isto não deve ser direcionado ao imobilismo diante do real, pelo contrário, dever-se-á implantar alternativas para mudar a realidade vivida.

Antônio Conselheiro, em Belo Monte (1893 - 1897), buscou uma alternativa frente ao descontentamento com a realidade vivida. A princípio, a questão girava em torno do recém-instalado governo republicano (1889), pois acreditava que a Monarquia representava os desígnios de Deus. Com isso, chamava os republicanos de governo do “Cão” – referência à figura do Diabo. O descontentamento chegou ao ponto de resolver, após atritos com os representantes do Estado, escolher um local em que pudesse erguer a moradia aos fiéis a Deus. Em que conseguissem viver longe dos desmandos dos seguidores do “Cão”.

Entre os anos de 1893 a 1896, Belo Monte ganha destaque no cenário regional. A sua estrutura permitiu amenizar a pobreza entre os sertanejos. Com o tempo, o boato se espalhou e muitos sertanejos seguiam para construir sua casa junto a Antônio Conselheiro. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1967, p. 161) cita a atmosfera de transformação que

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709

Belo Monte causou na região. Para tal, apresenta o relato feito pelo Barão de Jeremoabo, BA:

Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas, etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro.

Com o rápido crescimento, o governo da Bahia, a partir de interesse político (BARTELT, 2009), incita no Rio de Janeiro, então Capital Federal, que a Monarquia se reorganiza no sertão nordestino. Com o aumento da pressão do governo baiano e da região diretamente envolvida, a República decreta Guerra aos conselheiristas; e, para o restante do Brasil, se “vendeu” nos jornais a nomenclatura/ideia Guerra de Canudos, uma “insurgência monárquica”. Zilly (1997) destaca que as matérias que localizavam os conselheiristas como monarquistas foram assimiladas pela imprensa internacional; como pode se observar na publicação, de 09/03/1897, do jornal *Le Temps* (*Apud. ZILLY, 1997, p. 75*):

Cette nouvelle a causé une vive émotion à Rio ou l'on soupçonne les monarchistes d'encourager les agitateurs de Bahia et de leur fournir les ressources et les armements dont ils disposent et dont on ignore la provenance. La populace a saccagé les bureaux des journaux monarchistes *Liberdade e Gazeta da Tarde* et a fait un autodafé avec leur matériel.

Por fim, como dito anteriormente, Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, bem como autores que o seguiram, tal qual Calasans (S.D.), verificam que a orientação de Guerra foi um equívoco; uma barbárie, pois

não havia uma monarquia que se organizava, e sim sertanejos que buscavam sentidos para a sua existência marginalizada a partir dos elementos sociais/culturais e materiais de referência da época.

O ensinamento da experiência realizada na antiga fazenda Canudos, conforme averiguado em Moniz (2001), Nogueira (1974), Sola (1991), foi de ter possibilitado, em relação aos outros espaços de clima semi-árido no Brasil, uma condição melhor de existência para os moradores dos sertões; mesmo a relação social administrativa sendo análoga à coronelística – com o “centro de poder” na figura religiosa de Conselheiro – (BARTELT, 2009). Segundo Moniz (2001) e Nogueira (1974), a forma com que a produção se realizou em Belo Monte, com os conselheiristas, possibilitou “romper” com parte do processo econômico e político de ocupação territorial: o poder agrário foi “abalado”.

Em Belo Monte, com o desmonte da histórica lógica fundiária, se realizou a melhor distribuição de dois elementos: a terra e a água, por consequência, dividiam a riqueza gerada com a somatória destes dois. Diante disso, mesmo enfrentando dificuldades de diversas ordens, foi considerado como conquista entre os sertanejos do semiárido, sendo Belo Monte denominada por muitos como paraíso terrestre (NOGUEIRA, 1974).

A cidade liderada por Antônio Conselheiro chegou a possuir relação em nível regional, fluindo com destaque no fluxo de pessoas e de mercadorias.

Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, por sua vez, não reconheceu esse caráter que distinguia Canudos do restante dos sertões. Ele simplesmente homogeneizou a situação de pobreza e de "civilidade" e, com isso, não conseguiu verificar que naquele: "[...] montão de casebres, presos em rêde inextrincável de becos estreitíssimos" (CUNHA, 1967, p. 290) havia singularidades emancipatórias (BRANDÃO, 1996). A título de exemplo, se verifica, de forma indireta nas páginas do romance, elementos que nos ajudam a compreender este fato histórico. De forma específica, cabe citar a terceira empreitada do Exército brasileiro para "eliminar" Belo Monte. Além das intempéries do clima, os soldados se depararam com a fome; manifesta na dificuldade de conseguir recursos alimentícios nos sertões que adentravam. Exemplificador é o momento em que o narrador de *Os Sertões* aponta que estes soldados, após expulsar os sertanejos de suas casas, começavam o saque, comiam o que estava à vista e bebiam a água que encontravam. Como resultado: "Os jagunços à porta assaltavam-no. E invertiam-se os papéis, revivendo o conflito, até baquear no chão – cosido à faca e moído a pauladas, pisado pela alpercata dura, o lutador imprudente" (CUNHA, 1967, p. 298). A obra *Os Sertões* não reconhece esta importante especificidade alimentícia, que mesmo com a pobreza que circunda a região, em Belo Monte, se havia o que comer para a diversidade de pessoas que compunha seu território (MONIS,

2001; SOLA, 1991; NOGUEIRA, 1974; BARTELT, 2009).

Neste contexto, o olvidado por Euclides da Cunha e pela historiografia oficial do Estado, como a do exército, aprofunda os sentidos contemporâneos de orientação espacial frente à *Os Sertões* - obra literária e realidade. Como verificado anteriormente, em Belo Monte, a autonomia dos indivíduos por meio do uso coletivo da terra e da água possibilitou melhores condições de existência para os sertanejos.

O exposto acima tem por intuito contribuir com a construção de "outras" lógicas de intervenção do Estado por intermédio da integração modernizadora. Justifico esta afirmação, pois como se verificou na interpretação de *Os Sertões* e do texto da PNDR, bem como rapidamente se analisou em outros contextos históricos no decorrer da tese (PINHEIRO, 2015) aqui sintetizada, a prática de integração modernizadora historicamente serviu como instrumento de retroalimentação das estruturas sociais, políticas e econômicas conservadoras (BECKER, EGLER, 1998).

O Estado não promove, portanto, melhoras significativas para a construção de um Brasil mais justo. A modernização, na forma com que se reproduziu na história, é uma farsa⁶. E aqui se encontra o ponto de orientação da análise/interpretação/leitura de *Os Sertões* para a contemporaneidade, a superação dos engodos institucionalizados que envolvem o imaginário modernizador do território nacional.

Para a superação da farsa,

6. Ao interpretar o dizer de Hegel que todos os fatos e personagens da história mundial aparecem duas vezes, Marx (S. D., p. 5) arguiu que o seu interlocutor: "[...] esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e a outra como farsa".

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709

aqui se interpreta que o pensamento euclidiano permanece atual, pois os seus dois elementos constituintes da ação do Estado (integração e modernização) são compreendidos, em diálogo com o olvidado por ele sobre as condições de vida em Belo Monte, enquanto possibilidades emancipatórias.

Deste modo, compreende-se que a integração espacial passa pela (re)valorização das relações locais e regionais de produção, diminuindo a dependência (financeira e produtiva) em relação ao “externo” (nacional e internacional); não como ocorreu com a PNDR, em que a discursiva valorização é voltada para atender a lógica conservadora do mercado nacional e internacional. Já à modernização, como verificado na interpretação do imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR, não pode ser concebida enquanto estanque, ou que se deve cristalizá-la no território, pelo contrário, é necessário acompanhar o seu “movimento”. Todavia, este acompanhamento não quer dizer aceitar o seu “curso”. É preciso buscar a superação dos impactos negativos do processo modernizador nacional e internacional, revertendo os sentidos técnicos, científicos e informacionais, transformando-os em instrumentos que, de fato, se coloquem a garantir melhores condições de existência para o viver em coletividade (SANTOS, 2000) a partir das particularidades territoriais.

Assim, cabe destacar que, aqui, se compreende que a situação de “inversão” da lógica perversa contemporânea

de integração modernizadora dificilmente se realizará sem a figura do Estado⁷, pois se torna inviável cogitar a superação das questões sociais da escala interna do nacional, bem como em sua escala externa, se não houver instrumentos que, num primeiro momento, regule e normalize a produção territorial.

PARA NÃO CONCLUIR

Como visto durante a apresentação e breve diálogo com os textos de *Os Sertões* e da PNDR, ambas as interpretações possuem as suas especificidades. Construções históricas que inventam/produzem sentidos de orientação para a ação do Estado-Nação Brasil. Contudo, cabe destacar que o sentido orientador das concepções ideológicas, filosóficas, culturais, sociais etc. dos textos aqui analisados é oriundo das particularidades de quem o promovia. São as respectivas idiosincrasias dos idealizadores da PNDR, bem como de Euclides da Cunha que fizeram com que se escolhesse um caminho em vez de “um outro ou outro...”.

O diálogo entre Geografia e Literatura aqui proposto, leva a refletir sobre a necessidade de arquitetar outros projetos de integração modernizadora, uma vez que o movimento deste processo, como interpretado nos textos trazidos para o diálogo, não tem fim. Logo, para a continuidade do movimento, se visualiza a necessidade da construção de outros sentidos de orientação territorial para melhor direcionar o processo de integração modernizadora

7. A se construir. Mészáros (2011), Lefebvre (2004), Houtart (2011), Santos (2000), Zizek (2012), embora com argumentos diferentes, contribuem com o processo de produção/invenção de outro modelo de regulamentação estatal.

do Estado-Nação Brasil. Este do com os ciclos das farsas con-
que realmente venha ao encon- servadoras que historicamente
tro de uma produção territorial se (i)materializaram no Estado-
mais justa, equitativa, rompen- -Nação Brasil..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 22/11/2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009.

BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum Econômico FGV, São Paulo, pp. 1 – 15, 2012.

BRANDÃO, Adelino. *A sociologia d'Os Sertões*. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

CALASANS, José. No Tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da campanha de Canudos. Coletânea. S. D. Disponível em: [http://josecalasans.com/downloads/no_tempo_de_antonio_conselheiro\[1959\].pdf](http://josecalasans.com/downloads/no_tempo_de_antonio_conselheiro[1959].pdf). Acesso em: 06/02/2013.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Coleção da Edições de Ouro dos Clássicos Brasileiros, 1967.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. *Literatura e espaço: aproximações possíveis entre arte e geografia*. In: GÖETTER, Jones; MARSCHNER, Walter Roberto. *Transfazer o espaço: ensaios de como a literatura vira espaço e vice-versa*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HOUTART, François. *Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”*. Bruxelas, Bélgica: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.

KARAM, Ricardo Antônio. *A economia política do desenvolvimento territorial: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. (Tese)

LEFEFBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. In: *A Editoria Avante*. (S. D.). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/>. Acesso em: 13/09/2013.

MESZÁRIOS, István. *Para além do capital: rumo a teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. 9 ed. São Paulo: Global, 2001.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Robinson Santos. *Presentes e ausentes: Os Sertões euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014)*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, GO; 2015.

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: texto executivo. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157. Acesso em: 22/07/2014.

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2003. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157. Acesso em: 11/11/2013.

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós*

2010. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. (Relatório). Disponível em: <http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/PNDR.pdf>. Acesso em: 02/04/2013.

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Texto base I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Brasília, julho, 2012. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/stories/Arquivos-SDRU/ArquivosPDF/Texto_de_Referencia_-_CNDR.pdf Acesso em 22/04/2014

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Aurium Editora, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SOLA, José Antônio. Canudos: uma utopia no sertão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

VIDAL e SOUZA, Candice. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

ZILLY, Berthold. A guerra do Sertão como “evento de mídia” na Europa de 1987. In: Anos 90. Vº 1. Nº. 7, Porto Alegre, RS, Pp. 59 – 87, 1997.

ZIZEK, Slavoj. Vivendo no fim dos tempos. Trad. Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2020
ISSN 2175-3709